

política



Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Prioridades: Casa Civil e Economia

Depois de participar da Cúpula do Clima na ONU, no Egito, e de fazer uma visita de poucas horas ao presidente de Portugal, o presidente eleito do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), se muda “de mala e cuia” para Brasília, onde vai se juntar ao comando da transição. Ainda nesta semana, o presidente eleito deve anunciar os nomes dos dois primeiros ministros que ocuparão a Esplanada dos Ministérios: Casa Civil e Economia (Fazenda).

Política econômica

O novo chefe da Casa Civil terá como primeira missão, comandar as negociações para definir a PEC da Transição, que retira do teto dos gastos quase R\$ 200 milhões para pagar o Bolsa Família de R\$ 600,00, já a partir de janeiro. Já a definição de quem será o ministro da Economia é para acalmar o mercado financeiro. Os investidores têm alertado que a indefinição do ministro da economia é um dos motivos para a queda na bolsa e alta do dólar por causa das incertezas da política econômica do novo presidente.

Equipe robusta

Três semanas após as eleições, segundo o senador Humberto Costa (PT-PE), que trata principalmente dos assuntos de saúde na equipe de transição, Lula deve debruçar-se sobre a definição dos nomes do futuro governo. Para o ex-ministro da Saúde Humberto Costa, “com Lula em Brasília a partir desta semana, o novo presidente vai pensar mais fortemente na composição do novo governo para que no dia 1º de janeiro, assumo o comando do País com uma equipe robusta e coesa”.

Ministério da Mulher

Presidente do PSDB Mulher e ex-governadora gaúcha, Yeda Crusius (PSDB, foto) defende a proposta que será apresentada pelo grupo de trabalho de políticas para as mulheres no governo de transição, anunciada pela diretora do Instituto Marielle Franco, Anielle Franco, irmã da vereadora assassinada no Rio de Janeiro que dá nome a entidade. O grupo de trabalho liderado por Anielle propõe ao presidente Lula a criação do Ministério da Mulher.



GEORGE GIANNI/DIVULGAÇÃO PSDB/JC

Trazer mais igualdade

Yeda Crusius disse ao **Repórter Brasília** que, “ainda no governo Fernando Henrique Cardoso, o PSDB Mulher pediu juntamente com Ruth Cardoso, um ministério voltado para a mulher. FHC criou uma secretaria especial, isso na virada do milênio que estava destinado a discutir e praticar políticas públicas para trazer menos desigualdades e mais igualdades”.

Mais de 50% da população

O campo das mulheres, acentua a líder tucana, “é maior do que os outros 50% da população. Outro setor separado não tem esse tamanho, mas não é uma questão de tamanho, é uma questão que metade da população do mundo é feita de mulheres, e quando tem políticas para as mulheres os resultados são para todo mundo”.

Canadá e França são exemplos

Yeda Crusius argumenta que, “desde aquele tempo em que pedimos um ministério para as mulheres, os países mais desenvolvidos, onde a social democracia foi buscar o seu modelo, já criavam o Ministério da Mulher. Ela citou como exemplo o Canadá e a França, e alguns países menores”. Para a ex-governadora, “o Ministério da Mulher é transversal, mas deixa clara nossa prioridade, desta que é a principal tese do PSDB Mulher, a redução da desigualdade e da injustiça para trazer maior igualdade e justiça, e com isso, mais desenvolvimento”.

Texto da PEC da Transição está em fase de conclusão

Redação deve ser entregue hoje com previsão de romper teto de gastos

/ GOVERNO FEDERAL

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) afirmou ontem, que o texto final da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da transição deve ser entregue hoje e a opção mais provável é que as despesas com o Bolsa Família sejam retirados do teto de gastos por quatro anos.

Semana passada, uma minuta inicial foi entregue pela equipe de transição ao relator do orçamento, senador Marcelo Castro (MDB-PI). Randolfe destacou que Castro “está trabalhando” na proposta. A presidente do PT, deputada reeleita Gleisi Hoffmann, está encarregada de se reunir com a bancada do PT no Senado para fazer os ajustes finais na proposta.

“Deve ser algo que devemos ajustar nas próximas horas”, disse o senador, ressaltando ainda a disposição da equipe de transição em debater o assunto com outros parlamentares. “Estamos a disposição de ouvir do parlamento outras propostas.”



EDILSON RODRIGUES/AGÊNCIA SENADO/JC

Randolfe Rodrigues disse que tem articulado com presidente do Senado

Randolfe destacou também ter conversado com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que vem auxiliando nas articulações e já sinalizou apoiar uma tramitação célere da PEC na casa. “Tendo esse texto final, Pacheco quer ter encontro com líderes no Senado.”

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou ontem que o prazo para a aprovação da PEC da Transição é exíguo e que,

apesar da complexidade do assunto, ainda não há nem sequer um texto apresentado no Congresso Nacional.

“A PEC está posta num anteprojeto que deverá começar a tramitar pelo Senado. Não tem ainda o texto, o autor, as assinaturas. O que temos é um tempo exíguo, de praticamente 17, 20 dias úteis, para discutir um texto desses”, afirmou o presidente da Câmara.

“É errado retroceder em emendas de relator”, diz Lira

/ CONGRESSO NACIONAL

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), defendeu ontem que o Congresso Nacional não recue na discussão sobre as emendas de relator, consideradas por ele uma “prerrogativa” do Parlamento.

Pelo contrário, Lira disse que os parlamentares devem avançar ainda mais sobre suas atribuições até o limite da Constituição. “É errado retroceder. Nós avançamos um pouco nas prerrogativas que, ao longo dos anos, abrimos mão. Nossa luta em Brasília é para que essas prerrogativas cresçam, para que se chegue no limite constitucional e não se avance um milímetro nem se recue um milímetro”, afirmou.

A declaração foi feita no painel político do Encontro de Valor 2022, promovido pela Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores.

Para o presidente da Câmara, as emendas de relator são

“municipalistas, amplas e democráticas” porque, segundo Lira, o parlamentar conhece melhor as necessidades dos municípios do que o Executivo.

“(O ministro) ter que decidir sozinho se esse recurso vai para Coité do Nóia, em Alagoas, ou Alagoa Grande, na Paraíba - e eu conheço muito o interior do Nordeste porque eu andava muito fazendo vaquejada -, o ministro não tem essa sensibilidade”, sustentou.

O Congresso Nacional turbinou as emendas de relator em 2020 e passou a usar o mecanismo como uma moeda para negociações políticas em troca de apoio a projetos defendidos pelo governo Jair Bolsonaro (PL) e a cúpula da Câmara e Senado.

Por não serem impositivas, os parlamentares indicam, por meio do relator do orçamento, quais municípios devem receber os recursos, e cabe ao governo liberar as verbas para o empenho das despesas.

No evento, Lira disse que a

inovação causou uma “democratização” do orçamento e não privilegiou o governo Bolsonaro.

O presidente da Câmara ainda defendeu que as emendas passem a ser impositivas, ou seja, o governo seja obrigado a pagar as despesas indicadas pelos parlamentares.

“Em todos os países mais evoluídos, o orçamento é simplesmente impositivo na sua totalidade. Depois da discussão do Parlamento, o Executivo tem que cumprir as prioridades que foram discutidas pelo povo. Todos (no Congresso Nacional) representam parcela da população. Todos têm a legitimidade das urnas”, afirmou.

Durante a campanha presidencial, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) fez críticas às emendas de relator. “O orçamento é chamado de secreto porque o destino desses recursos é mantido em segredo. Mas todo mundo sabe para onde esse dinheiro vai: fraudes e desvios de verbas”, disse um dos programas de TV do petista.